

MUDANÇAS NOS PROCESSOS DE TRABALHO E AÇÃO UNIVERSITÁRIA

Nara Grivot Cabral¹

Resumo: A problematização que apresentamos nesse artigo mostra que vivemos numa sociedade de mudanças, em que o mundo, e, especialmente, o mundo do trabalho, se transforma. Neste contexto, a universidade, como instituição que visa a produção e à disseminação do conhecimento, passa a ser o lugar privilegiado para a análise dessas transformações, visto que nela as indagações sobre a relação entre Universidade e Sociedade ganham sentido e importância. Os desafios atuais, mais do que impactar, exigem o repensar a Universidade como espaço de formação dos sujeitos trabalhadores, o que implica repensar os processos acadêmicos de ensino, pesquisa e extensão. Examinar, portanto, a Extensão Universitária, requer explicitar os conceitos e o papel que cabe à universidade na sociedade.

Palavras-chave: Transformação; trabalho; universidade; extensão universitária.

1. O Contexto das Mudanças nos Processos de Trabalho

A sociedade contemporânea está passando por um processo de mudanças que causa perplexidade na maioria das pessoas porque não se sabe muito bem qual será a sua configuração. Por sua vez, os teóricos pós-modernos (Harvey, 1989; Hall, 2002) sinalizam para um tipo de sociedade que se caracteriza e tem a marca da fragmentação, da indeterminação e

¹ Psicóloga. Mestranda em Ciências Sociais Aplicadas na Unisinos e especialista em Projetos Sociais e Culturais pela UFRGS. Coordenadora de Projetos no Centro Universitário Feevale junto a Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários.

da intensa desconfiança para com os discursos explicativos totalizadores e universais.

Nesta sociedade de mudança, em que o mundo, em especial, o mundo do trabalho se transforma pela emergência de outros modos de acumulação do capital, de flexibilidade do trabalho, de inovações tecnológicas, de localização de formas de controle de trabalho, de mudanças nas práticas e padrões de consumo², é que encontramos um cenário em que os pressupostos de sucesso, fracasso, crise e superação têm múltiplas e diferentes leituras.

Os teóricos da modernidade e da pós-modernidade, mesmo consensuais na afirmativa de que o mundo está passando por um complexo processo de transformação, têm teses heterogêneas na busca pela compreensão das profundas mudanças na sociedade contemporânea e na elaboração de problemas que caracterizem o momento de transição em que vivemos. Conforme Stuart Hall (2002, p. 18), os diversos argumentos críticos fazem leituras um tanto diferentes da natureza da mudança do mundo pós-moderno, mas a ênfase na descontinuidade, na fragmentação, na ruptura e no deslocamento contém uma linha comum.

David Harvey (1989, p.12) fala que as mudanças perpassam as práticas culturais, políticas e econômicas, iniciadas nos anos 70, e indicam um marco no pensamento pós-moderno e uma profunda transformação na estrutura do sentimento. Assim, o rompimento, na modernidade, não é somente com as condições precedentes, mas implica fragmentações internas que abalam o próprio interior da sociedade moderna.

Para o autor, os eventos recentes mostram que vivemos uma transição no regime de acumulação e no modo de regulamentação social e política, com contrastes significativos nas práticas político-econômicas que evidenciam a passagem do fordismo para o chamado regime de acumulação "flexível".

² Harvey, 1989.

O novo regime de acumulação flexível faz um confronto direto com a rigidez do fordismo, apoiando-se na flexibilidade dos processos de trabalho, do mercado de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. A chamada flexibilidade funcional refere-se às mudanças nos processos de trabalho, como a nova configuração de habilidades profissionais; assim como a flexibilidade produtiva refere-se às transformações no mercado de trabalho, nos produtos e no consumo, como o aumento do trabalho precarizado, de tempo parcial, temporário ou subcontratado (Harvey, 1989, p. 140-143).

Nessa lógica, para que o sistema capitalista sobreviva e permaneça viável, é preciso um controle maior não só sobre os preços, mas sobre a própria força de trabalho que vai se efetivar na disciplinarização do trabalhador: um controle que utiliza elementos de repressão e cooptação, como a familiarização e a cooperação do trabalhador, com situações que se estendem à sociedade como um todo. São processos mais amplos de flexibilização que transformam a socialização do próprio trabalhador, marcando também um novo regime de regulação político-social (Harvey, 1989, p. 119-140).

1.1 As mudanças se Evidenciam na Ação Universitária

Neste contexto de profundas mudanças, a universidade, como instituição que visa a produção e à disseminação do conhecimento, passa a ser o lugar privilegiado para a análise dessas transformações, visto que nela as indagações sobre a relação entre Universidade e Sociedade ganham sentido e importância, principalmente quando a mudança, como processo social, se coloca como um dos grandes desafios para a comunidade acadêmica.

É fato que as inovações no conhecimento técnico, organizacional e administrativo e seus possíveis inter-relacionamentos implicam diretamente modos diferenciados de fazer, pensar e ser acadêmico. São processos individuais e coletivos que se reconfiguram, propondo alternativas aos

modelos disciplinares, que até então eram considerados como adequados e funcionais. Hoje, no entanto, diante da crise da sociedade moderna, esses modelos deixam de responder ao critério de adequação esperado, especialmente quando confrontados com o mundo do trabalho. As mudanças acentuam as diferenças entre as disciplinas e áreas de conhecimento e impactam a relação entre o que é ensinado e o que é exigido pelo mundo do trabalho.

Diante disso, as diferentes concepções e sentimentos tencionam a universidade, pois a organização de atividades e processos de ensino nem sempre ultrapassam as tentativas individuais de modo a alterar os modelos tradicionais de interpretar as mudanças do mundo, e, em especial, do mundo do trabalho. Há esforços do tipo ensaio e erro que supõem o envolvimento da comunidade acadêmica como um todo, mas que, na maioria das vezes, são percebidos com desconfiança e num clima de incertezas porque reforçam determinadas leituras disciplinares.

Esses sentimentos e percepções contraditórias pressionam a universidade por dentro e se potencializam na constatação de que as categorias explicativas do trabalho, que antes davam garantias e segurança, agora deixam de existir, como as mudanças aceleradas do mundo do trabalho, a extinção de postos de trabalho e a tese do fim de emprego³.

As múltiplas tentativas de analisar esse processo social cada vez mais desafiam a universidade. Assim, a universidade, como instituição social, vem sendo questionada sobre a relevância social da produção do conhecimento, de acesso a ele e da administração desses processos. E ao ser questionada sobre o papel que representa na sociedade, a universidade tem sua própria identidade⁴ posta em discussão, visto que até o presente

³ Para compreender a tese do fim dos empregos, ver Rifkin, 1995.

⁴ A crise de identidade vista como parte de um processo mais amplo de mudança pode ser melhor compreendida com as idéias de Hall, 2002.

ela sempre se manteve como um espaço privilegiado da cultura e da formação para o mundo do trabalho.

Portanto, repensar a universidade, em um mundo em profunda mudança, implica a ressignificação de seus processos acadêmicos, ou seja, significa para a universidade rever-se como espaço privilegiado de articulação do ser, pensar e fazer acadêmicos.

As mudanças sinalizam para uma sociedade do conhecimento⁵ que supere o desenvolvimento proposto pela modernidade, que, "em nome" do progresso tecnológico⁶, gerou um conjunto de situações de desigualdades sociais em um mundo do trabalho precarizado e de vulnerabilidade social. Os processos de exclusão social atingem tanto aqueles que se encontram à margem do desenvolvimento científico e tecnológico, quanto aos que, até o momento, apresentavam as habilidades para um tipo de organização produtiva.

Os dados recentes da desigualdade social no Brasil mostram a complexidade desse cenário. Segundo Pochmann (2003), a partir de 1980, o país passou a registrar um agravamento nos índices de exclusão social, diante do baixo crescimento econômico, com o crescimento da violência e do desemprego maciço e de longa duração, configurando a chamada "nova" exclusão social. No mesmo sentido, segundo pesquisa realizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC)⁷, de 2004, a educação superior no país, além de apresentar baixos índices, somente 9% dos jovens entre 18 e 24 anos consegue chegar até o ensino superior, ainda revela a desigualdade regional existente no país, com 12% de acesso ao ensino superior no Sul e 5% no Nordeste.

Por sua vez, é sabido que o acesso ao conhecimento técnico e científico sempre teve importância na sociedade

⁵ Ver mais sobre isso no conceito de paradigma informacional apresentado por Castells, 2002.

⁶ Harvey, 1989.

⁷ Consulta realizada em 06/04/2004, no site www.universia.org.br.

capitalista por oferecer um diferencial competitivo. Conforme Harvey (1989), porém, com as rápidas mudanças e com a produção flexível, em que a competição se traduz em vantagem competitiva, o conhecimento passa a ser determinante, porque se torna um instrumento privilegiado para a tomada de decisões mais bem-sucedidas e lucrativas. Como alerta o autor,

o próprio saber se torna uma mercadoria-chave, a ser produzida e vendida a quem pagar mais, sob condições que são elas mesmas cada vez mais organizadas em bases competitivas. (Harvey, 1989, p. 151)

Assim, a universidade, que visa à produção e difusão do conhecimento, precisa se repensar. A competência de articular ensino e aprendizagem de modo a criar as condições de inserção do jovem adulto ao mundo do trabalho, implica repensar os processos acadêmicos de ensino, pesquisa e extensão, principalmente quando o progresso do conhecimento não tem acarretado o desenvolvimento para a sociedade como um todo, o repensar o seu papel pode significar outros caminhos ao mundo do trabalho.

Nesse sentido, a universidade pode ser considerada como instituição privilegiada por fazer, no agir cotidiano, a síntese entre conhecimento e comportamento, notadamente, quando ela busca refletir os processos de mudanças, considerando o mundo do trabalho em constante movimento e fluidez organizacional.

São tensões e desequilíbrios que repercutem no modo da universidade produzir o conhecimento e instrumentalizá-lo, visto que o seu *modus operandi* começa a se tornar inoperante frente ao não responder às novas questões e aos desafios apontados pelas novas formas de organização do mundo do trabalho, evidenciados, como dissemos, nos altos e crescentes índices de desemprego e violência⁸.

⁸ Pochmann, 2003.

Nessa situação, o ato de repensar a universidade implica também rever o seu paradigma pedagógico, pois os processos de construção do conhecimento têm seus propósitos hoje em crise provocada pelos efeitos perversos da globalização. Para Boaventura Santos, a transição paradigmática trata-se de uma fase longa e de resultados imprevisíveis, em que a “Universidade só sobreviverá se assumir plenamente esta condição epistemológica” (Santos, 2001, p. 223).

A promessa sedutora da modernidade, de que a capacitação profissional traria a vantagem competitiva, esvaziava-se frente a resultados que não levam nem ao desenvolvimento nem a melhoria da qualidade de vida. Os benefícios da ciência e da tecnologia utilizados e promovidos nos espaços universitários não se confirmam como caminhos de superação da pobreza e miséria, pelo contrário, em países como o Brasil, os processos de exclusão social⁹, a marginalização e a perda de identidades¹⁰ desmontam o pouco da modernidade proposta pela sociedade industrial.

Frente a isso, é fundamental que a universidade reveja o seu lugar e as suas funções com a sociedade e comece a ganhar novos contornos nesse movimento amplo de mudança social. Daí a reflexão sobre os processos de capacitação passarem por uma reorganização nesse momento.

Esses movimentos - reorganização e adequação ao mundo do trabalho, são condições concretas da formação dos profissionais que exigem da universidade, como espaço de construção de sujeitos trabalhadores, um repensar sobre como se objetiva a formação de jovens adultos para o mundo do trabalho, pois eles marcam o momento em que a universidade se encontra desafiada em seu repertório construtivo de habilidades, atitudes e competências necessárias ao mundo do trabalho.

Reiterando, o cenário de desencanto e fracasso da promessa moderna demonstra que os efeitos de uma lógica de

⁹ Idem.

¹⁰ Hall, 2002.

desenvolvimento impactam na universidade que se encontra duplamente confrontada, ora por demandas da sociedade ora pela necessidade de seus processos internos. São interesses, exigências e expectativas múltiplas que provocam um duplo movimento contraditório, ou seja, de um lado, formar e capacitar profissionais para o mercado-de-trabalho e, de outro, produzir e difundir o conhecimento.

Para tanto, esse dilema expressa-se nas múltiplas funções exigidas à universidade¹¹ nas últimas décadas, que são: formar simultaneamente futuros profissionais (dimensão mercado) e cidadãos (dimensão política), que atuarão em um mercado de trabalho, que se encontra em acelerado processo de transformação, e socializar o conhecimento enquanto bem público e universal (dimensão cultural) à população que se encontra distanciada do ensino superior.

Essa tripla função impõe à universidade a complexa tarefa de repensar e ressignificar as suas atividades, principalmente frente ao agravamento das condições de vida, que se expressa na violência difusa e pontual e nos quadros de desemprego e subemprego sem precedentes em nossa história, que gera as sensações de estar à deriva.

A universidade, como uma instituição que nasce e se mantém na sociedade, diante desse cenário, está repensando o lugar que ocupa. Até porque a sociedade exige que ela se posicione frente às demandas que se tornam cada vez maiores e mais complexas. Esse repensar implica rever historicamente como a universidade se percebe e como ela percebe a sua atuação ao longo do tempo, como artifício epistemológico e metodológico, visto que tradicionalmente ela atua em duas grandes áreas, ensino e pesquisa, com ênfases e graus de importância distintos entre elas.

¹¹ A idéia da multiplicidade funcional das Universidades pode ser melhor compreendida em Santos (2001, p. 189). O autor chama a atenção para o relatório da OCDE de 1987, que atribuía à Universidade dez funções principais.

Nessas duas grandes áreas de atuação, é o ensino que adquiriu um *status* principal, mantendo a função de educação orientada para a divulgação e construção de habilidades e aptidões profissionais que preparam para o mundo do trabalho. A pesquisa, por sua vez, com posição elitizada, mantém a função investigativa ou da procura sistemática pela verdade que, em outras palavras, constitui-se na própria cultura, na medida em que cultura é conhecimento acumulado.

2. A Ação Universitária: novos desafios

Essas duas áreas de atuação, consideradas como principais ao longo das décadas, encontram-se atualmente em xeque porque as incertezas e desafios da modernidade não foram suficientemente respondidos pela universidade.

Os limites impostos pela rigidez funcional e organizacional da universidade¹², somados à relativa paralisação frente às demandas externas, aparecem como formas de resistência da universidade frente à mudança. Em outros termos, há um engessamento das funções e atividades que se encontram presas a limites burocráticos, tecnocráticos e de disciplinarização do conhecimento. São limites que, somados aos modos fragmentados de pensar, sentir e fazer, resultam num movimento da universidade voltado para fora, com o mercado ganhando força. Sendo que o mercado, por sua vez, tem exigido cada vez mais conhecimentos que priorizem o técnico, reforçando as mudanças que a universidade tem dificuldade de incorporar.

Mesmo que essas duas áreas de atuação universitária, o ensino e a pesquisa, tenham se preservado e mantido a sua continuidade durante um longo período de tempo, parece que hoje elas não se garantem mais sem reverem as contradições com que têm sido defrontadas, tanto na relação entre suas funções quanto na relação com a própria sociedade.

¹² Para ver mais sobre isso, ver Santos, 2001.

Portanto, há uma situação em que a universidade vive uma dupla pressão ocasionada ora pela demanda do mercado ora pela necessidade de traçar um caminho mais aberto, que lhe possibilite lidar com a diversidade das contradições e multiplicidades funcionais, a fim de que não se deixe limitar pela paralisia vivenciada em alguns processos internos.

A exigência de integrar, conectar e articular o fluxo dos processos internos nem sempre tem se identificado com as funções e com os objetivos que a universidade vem habitualmente exercendo na sua rotina funcional. Essa dificuldade acaba freando as possíveis tentativas de fazer as perguntas facilitadoras dos processos que possam encontrar os caminhos para as inovações e opções que precisam ser feitas.

Nessa concepção de universidade, que prioriza uma forma operacional com ênfase somente na produção e reprodução do conhecimento, traduz-se uma lógica de ensino-aprendizagem como investimento diretamente relacionado à aplicabilidade funcional¹³, com o conteúdo utilitarista sobrepondo-se à dimensão cultural. Nessa posição instrumental, a instituição de ensino revela-se como um espaço produtivista privilegiado frente às demandas que apequenam e atrofiam a concepção de universidade como centro de cultura. Daí concorre a menor importância das atividades de pesquisa e extensão acadêmicas, que pretendem responder a perguntas mais amplas da sociedade e ao desafio frente à questão da universidade de hoje formar profissionais para uma realidade que não existe mais, em que repensar sua prática significa pensar o ensino, a pesquisa e a extensão metodologicamente diferente do que tradicionalmente vem sendo feito e pensado.

Frente a essas exigências, vale ressaltar que a perenidade da universidade, com a finalidade maior de ser o lugar da

¹³ O conceito de funcionalidade (instrumental), que concorre com a concepção de cultura (não instrumental), pode ser melhor compreendido no conceito de indústria cultural de Adorno, 2000, em que a mercantilização dos produtos simbólicos determina os novos processos educativos, inclusive nas instituições de ensino.

unidade do conhecimento, continua sendo considerada utópica por muitos pensadores da atualidade¹⁴ desde o início do século passado. Essa é uma idéia que passa a ser reforçada com a crise do pós-guerra e, principalmente nos anos 60, com a proliferação das faculdades privadas e isoladas, que passaram a exercer a atividade de ensino dissociada da função de pesquisa, como uma resposta à necessidade de mercado na busca de formação das habilidades necessárias para um mundo do trabalho em plena expansão. E que nos dias de hoje aparece na proposta da indissociabilidade¹⁵ entre ensino, pesquisa e extensão, que tem sido colocada, desde a segunda metade dos anos 80, como uma alternativa de fortalecimento institucional através da consolidação e da articulação das políticas universitárias.

Dada a riqueza do momento, as contradições nos processos acadêmicos podem resultar em contribuições que sinalizem para outros rumos do fazer acadêmico e de sua administração, se transformados em conhecimento produzido. É importante ressaltar, no entanto, que o objetivo e a função da universidade são mais amplos e profundos do que as suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, pois o seu papel, ou seja, a sua identidade, refere-se à produção do conhecimento, à geração de acesso a ele e à administração desses processos.

Para Botomé (1996, p. 19), não entender essa função maior da academia gera confusão e equívocos e a descaracterização da sua função social, ainda que se compreenda que os processos que constituem a universidade possam ser

¹⁴Boaventura Santos afirma que sempre existiu a contradição entre as funções da universidade e a idéia da investigação livre e desinteressada e da unidade do saber, dado o caráter utópico e ucrônico da idéia de universidade (Santos, 2001, p. 188-189).

¹⁵A concepção da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão pode ser encontrada nos documentos do Fórum Nacional de Extensão e Ação Comunitária das Universidades e Instituições de Ensino Superior Comunitárias, do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Graduação, na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996.

objeto de conhecimento e que o conhecimento produzido possa ser transformado em comportamentos, em tecnologias de trabalho, de administração, de realização de Ciências e de ensino de nível superior.

Entretanto, como a universidade faz para integrar conhecimento aos comportamentos das ações comunitárias de modo a construir sujeitos trabalhadores? Em sua especificidade, essa pergunta focaliza as práticas e estratégias da relação entre ensino, pesquisa e extensão, ao mesmo tempo em que suscita a importância delas no contexto das transformações do mundo do trabalho, pois é um tema que atualiza a dupla tensão ocasionada ora no domínio da formação profissional orientada para um mundo do trabalho em profunda transformação, ora no domínio da formação orientada para a vida em sociedade.

Essas são contradições atuais que pressionam a universidade no sentido de uma política institucional conectada com as práticas acadêmicas e com as mudanças projetadas para o século que inicia, ou seja, na busca de uma cultura básica comum que não renuncie à diversificação¹⁶, com propostas de pedagogias diferenciadas e de transdisciplinaridade¹⁷.

Um pensar a universidade a partir da multiplicidade de suas funções e das incertezas desse tempo significa um projeto pedagógico aberto que dialogue com as contradições históricas da própria universidade e com as inovações do mundo do trabalho nas reformas universitárias¹⁸.

¹⁶ Ver em Morin, 2000, a proposta de paradigma da unidualidade para as instituições de ensino que passam por crises de hegemonia.

¹⁷ Basarab Nicolescu, 1999, conceitua a transdisciplinaridade como o que está *entre* as disciplinas, *através* das diferentes disciplinas e *além* de cada disciplina. Um conceito que rompe com a fragmentação dos saberes com fronteiras disciplinares e recoloca a importância da unidade do conhecimento.

¹⁸ Ver mais em Boaventura Santos (2001, p. 189-190) sobre o objetivo das reformas da universidade nos últimos anos, com o sentido de manter as contradições sob controle através da gestão das tensões que elas provocam, não chegando a intervir nas causas dessas contradições.

Sendo assim, o descompasso atual proposto na construção de sujeitos trabalhadores evidencia-se, na sociedade do conhecimento¹⁹, entre o domínio da formação profissional para o mercado do trabalho e da educação como cultura.

Essa situação emerge principalmente quando o mundo do trabalho deixa de buscar conhecimentos especializados úteis à formação de trabalho qualificado trazidos pelo desenvolvimento industrial e passa a exigir, frente aos efeitos da alta tecnologia da informação, outras habilidades, conhecimentos e atitudes que atendam ao paradigma informacional da flexibilização do trabalho e da diversificação da estrutura ocupacional. Processo este que não pode ser construído sobre a negação da noção de emancipação, autonomia, sujeito aprendente e cidadania e/ou sobre condições de superação da crise e da exclusão social, que resulta das mudanças do mundo do trabalho que desmontam identidades profissionais, singularidades, noções de dignidade e de ética.

Pois, como adverte Castells (2002, p. 296), as mudanças estruturais, com suas tendências e seus diferentes modos de articulação, em “um paradigma aberto socialmente e administrado politicamente, cuja característica principal é tecnológica”, são resultantes não só de diferentes ambientes institucionais e trajetórias econômicas, mas principalmente das políticas governamentais e das estratégias empresariais, em que, pelas próprias variações do paradigma informacional, essas mudanças podem ser revertidas.

Portanto, examinar a Extensão Universitária, neste novo século, requer explicitar os conceitos e o papel que cabe à universidade na sociedade. Por isso, a pergunta balizadora que emerge é: até onde a Extensão Universitária pode ser condição para a inovação do agir universitário, da gestão e da política pedagógica, na formação de sujeitos trabalhadores?

¹⁹ O conceito de sociedade informacional é encontrado em Castells, 2002.

2.2 A Extensão Universitária na Formação de Sujeitos Trabalhadores

O relacionamento tradicional da universidade com a sociedade sinaliza para um esgotamento das propostas de formação profissional frente às mudanças trazidas pela sociedade moderna, em que a ambivalência entre o *saber* e o *fazer* tem se revelado na visão fragmentada dos conteúdos acadêmicos e que se sucedem na forma de organização do trabalho, na incompletude do conhecimento e no não atendimento das demandas da comunidade.

A Extensão Universitária como meio e processo educativo, cultural e científico²⁰ pode ser condição da universidade concretizar a formação de sujeitos trabalhadores, dada sua importância no balizamento da construção da identidade profissional, da emancipação e da autonomia de jovens adultos no sentido da inserção social no mundo da vida. A Extensão Universitária, porém, não pode concorrer com o papel fundante da universidade nem se confundir com a finalidade de outras instituições sociais como partidos políticos, sindicatos e organizações da sociedade civil²¹. Sem com isso negar a possibilidade da Extensão Universitária ser condição simultânea para a transformação social e de estar articulada com a produção e o acesso ao conhecimento.

É importante ressaltar a visão equivocada da Extensão Universitária nas concepções redencionistas e idealistas apontadas por diversos autores que analisam a temática, (Botomé, 1996; Gurgel, 1986; Freire, 1982) que refletem o corporativismo da instituição acadêmica e a ingenuidade de um fazer que, ao mesmo tempo em que contrariam a própria missão

²⁰ Sobre essa definição, ver mais no Plano Nacional de Extensão Universitária, elaborado pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, em 1988. www.renex.org.br

²¹ Ver sobre isso na Lei Federal 96.790/99, que qualifica as entidades sociais e filantrópicas como OSC-IP (Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público) e exclui as Universidades desta nova classificação.

da universidade na produção e na geração do conhecimento, denuncia a postura de defesa, o autoritarismo e a falta de crítica frente a uma função assistencialista ou desenvolvimentista, que somente carrega as marcas de uma história de dominação, em que as perspectivas, os limites e as contradições são evidenciadas nas marcas de sua própria evolução.

É verdade que se percebe, no espaço acadêmico, que a Extensão Universitária historicamente tem sido concebida como um fazer acadêmico pouco nobre e de função secundária. É certo que esse desprestígio, advindo da própria academia, sempre a desqualificou por considerá-la de menor importância para a formação e capacitação devido aos imperativos de uma configuração lógica de viés behaviorista com ênfase restrita ao comportamento diretamente observável e mensurável, eliminando as questões subjetivas e introspectivas.

Nessa perspectiva de análise, a Extensão Universitária tem se restringido às potencialidades de atuação e de entendimento a partir da simplificada e redutora função de ser uma prestadora de serviços. Assim, ela aparece como uma forma de captação de recursos, com programas, projetos e práticas sociais na maior parte das vezes fragmentadas, isolados e pontuais, voltados às demandas de mercado e para a construção de projetos comunitários de visão unilateral.

Assim, a tentativa passa a ser privilegiar caminhos formativos que ultrapassem, no rigor do termo, o espaço acadêmico e científico e que possam se concretizar para além deles como práticas acadêmicas. Essa lógica parece ter produzido poucos referenciais teóricos que possam legitimar as práticas de extensão frente aos imperativos e exigências do ser acadêmico. É fato que os resultados e impactos atingidos pela construção do conhecimento, formação cidadã e melhoria das condições de vida da população pouco são compartilhados, seja dentro da própria comunidade acadêmica, seja com outros segmentos da sociedade civil, o que traduz um horizonte mfope na medida em que o conhecimento fica restrito e engessado a objetivos narcisos da própria produção acadêmica.

No entanto, essa imagem fragmentada e narcisa de instituição só muda quando há uma transformação no pensar os seus espaços de construção do conhecimento. Esse processo de mudança se evidencia na complexidade das formas de pensar e agir dentro da realidade acadêmica, articulada com as suas multidisciplinaridades, e, ao mesmo tempo, para fora dela, com a possibilidade de interlocução da universidade com as questões sociais que desafiam essa época²². São limites de tempo e de espaço historicamente demarcados nas e para as academias que são revistos e transformados em outras formas de comunicação e articulação, com a universidade conectada nos novos modos de produção e difusão de conhecimentos exigidos por um mundo que se encontra em acelerado processo de mudança e transformação.

No caso das instituições de ensino brasileiras, no que se refere ao desenvolvimento da Extensão Universitária, observa-se que a origem dessas práticas se deu com maior ênfase nas universidades públicas ou estatais. Nas universidades comunitárias e privadas, esse fato se situa no final dos anos 80, época de discussão para uma maior abertura política e de redemocratização do país, quando a Extensão Universitária buscou uma linha conceitual e operacional pautada no atendimento às necessidades da comunidade²³.

No trabalho e nas práticas sociais, alunos e professores encontram outros espaços de referência para saber e aprender e ser na vida e na profissão. Nessa perspectiva, percebemos a instituição de ensino superior reafirmando concretamente princípios éticos na articulação da dimensão socioeconômica e políticocultural e na extensão de projetos sociais à comunidade próxima.

Em vista disso, a Extensão Universitária ganhou um sentido renovado nas últimas décadas, pois sinalizou uma outra

²² Ribeiro, 2003.

²³ Dados sobre a construção conceitual da Extensão podem ser encontrados em Faria, 2001.

alternativa de relacionamento da universidade consigo mesma e com a sociedade. É por isso que repensar a extensão significa refletir sobre o próprio papel da universidade: um refletir sobre o próprio modelo de ensino-aprendizagem da universidade e seus processos acadêmicos, ou seja, um refletir sobre sua adequação aos tempos difusos da contemporaneidade.

Considerações Finais

Assim colocado, a extensão tem caminhos que precisam ser repensados, porque a leitura do percorrido parece afirmar que o ensino e a pesquisa, no propósito maior de legitimar a universidade em sua dupla função educacional e sociopolítica de viabilizar a produção e a difusão de novos conhecimentos simultaneamente com a formação de sujeitos trabalhadores, tem sido pouco capaz de relacionar a instituição com um mundo do trabalho em transformação e que se encontra em acelerado processo de globalização e transformação.

É nessas condições que a Extensão Universitária se coloca como necessária e pergunta sobre a importância da articulação do agir pedagógico. Pois, perguntar sobre essa articulação é buscar a relação multifuncional e multidisciplinar que propicia a conexão dos elementos necessários para a formação de jovens adultos para o mundo da vida digna e autônoma. Por isso, o problema que aparece é analisar e compreender a Extensão Universitária como condição necessária para a formação de sujeitos trabalhadores.

Referências

ADORNO, Theodor W. *Educação e emancipação*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 2000.

BOTOMÉ, Silvio Paulo. *Pesquisa alienada e ensino alienante*. O equívoco da extensão universitária. Petrópolis, RJ: Vozes; São Carlos, SP: EDUFSCar; Caxias do Sul, RS: EDUCS, 1996.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. p. 265-412. cap. V. v. 1.

FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

GURGEL, Roberto Mauro. *Extensão universitária. Comunicação ou domesticação*. São Paulo, Cortez: Autores Associados: Universidade Federal do Ceará, 1986.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1989.

MORIN, Edgar. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2000.

NICOLESCU, Basarab. *O manifesto da transdisciplinaridade*. São Paulo: Triom, 1999.

PANIZZI, Wrana Maria. *Universidade. Um lugar fora do poder*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2002.

POCHMANN, Marcio; AMORIN, Ricardo; CAMPOS, André; SILVA, Ronnie (orgs.). *Atlas da exclusão social no Brasil*. Dinâmica e manifestação territorial. São Paulo: Cortez, 2003. vol 2.

RIBEIRO, Renato Janine. *A universidade e a vida atual: Fellini não via filmes*. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

RIFKIN, Jeremy. *O fim dos empregos*. O declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força global de trabalho. São Paulo: Makron Books, 1995.

SANTOS, Boaventura de Souza. *Pela mão de Alice*. O social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 2001.

www.universia.org.br

www.renex.org.br